

Acaba a resistência ao nome de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Antes mesmo que Tancredo Neves tenha baixado à sepultura, o que acontecerá no entardecer de hoje, firma-se o primeiro pilar do novo pacto político que seu sucessor celebrará com a Nação. José Sarney recebeu até agora muito mais do que a sagração formal de sua investidura definitiva, reconhecida segunda-feira em curta sessão do Congresso. Manifestaram-se pela indiscutível legitimidade jurídica e política de sua transformação em presidente efetivo da República representantes dos mais diversos segmentos da sociedade. E não se fala apenas dos políticos e dirigentes partidários presentes em Brasília para os funerais de Tancredo Neves. Empresários, líderes sindicais, associações de profissionais liberais, Forças Armadas, Igreja, imprensa e intelectualidade estão fazendo chegar à opinião pública, mais até do que ao próprio José Sarney, o respaldo necessário a que não se duvide de seu direito, de seu dever e de sua missão. A ele caberá dirigir os destinos nacionais durante o mandato para o qual foi eleito junto com Tancredo Neves, ficando à Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, a prerrogativa de qualquer alteração no período, que ainda é de seis anos.

Descobre-se não haver ogres à solta no País, tentando desestabilizar as sofridas mas firmes estruturas da Nova República. Mesmo aqueles que deram sinais anteriores de lançar-se na conturbação ou num debate precipitado terminaram refluindo. De Leonel Brizola a Luís Ignácio da Silva, dos diferentes matizes do vermelho das legendas comunistas aos encobertos cultores do radicalismo oposto, de direita, flui quase que por milagre a mesma palavra de ordem ouvida nos setores democráticos, partidários e parlamentares: todo o poder à José Sarney.

Todo o poder? Em termos, é claro, dentro das normas institucionais, obviamente, que mesmo necessitando de recomposição fornecem ao Congresso o seu espaço devido, bem como ao Judiciário.

José Sarney poderá começar a governar dispoendo de inequívoco e importantíssimo fator, a legitimidade. Não aquela legitimidade decorrente das eleições indiretas, canhestra e falsa, a que o próprio Tancredo Neves precisou submeter-se, mas outra, bem maior, oferecida pela Nação, que levou as oposições ao poder não obstante ter sido ironicamente por meio das regras impostas pelo autoritarismo anterior. Veio das ruas, das praças, da resistência, dos anseios e dos reclamos gerais a legitimidade de Tancredo. Pois aparece, madura e até menos emocional, na seqüência, a legitimidade de Sarney, expressa nos últimos três dias de maneira inofismável. Pode ser por medo do desconhecido. Quem sabe por temor do retrocesso. Até por interesse de alguns, mas não importa. A primeira página do pacto político do novo presidente está escrita. Melhor seria dizer, o seu preâmbulo.

Faltam diversas páginas. José Sarney também precisará, para formalizar o seu pacto, conquistar em valor que Tancredo Neves possuía em vastas proporções: a credibilidade. O presidente falecido contava com o apoio popular para realizar o seu programa, consubstanciado no documento da Aliança Democrática. Todos juravam que tudo daria certo. Sem esse respaldo, pouca coisa seria viável de realização. Seu sucessor, com o compromisso de 7 de agosto do ano passado nas mãos, necessitará de igual empuxo nacional.

E como conquistar credibilidade, isto é, condições de sustentação na opinião pública para as metas que já tardam ser implementadas? Aqui, os seus caminhos também são diversos dos de Tancredo. Para realizar, o agora ilustre morto dispunha de credibilidade. Mas para obter credibilidade Sarney precisará realizar. Apesar da comoção e da angústia dos dias que precederam a morte do ex-governador de Minas, o atual presidente vinha encontrando tempo para meditar no imeditável. Não queria acreditar de forma alguma que pudesse transformar-se de substituto a sucessor, mas os fatos o empurraram para isso. Assim, chegou a algumas determinações ou diretrizes. A primeira, de manter integralmente o programa da Aliança Democrática e de dar combate férreo e implacável à inflação. Trata-se, como tem confidenciado, da prioridade maior de governo, tantas vezes explicitada por Tancredo Neves e aceita pela Nação, não obstante os sacrifícios que despertara. Isso quer dizer que Francisco Dornelles, salvo engano, será mantido no Ministério da Fazenda, bem como os demais componentes do comando econômico-financeiro. Em paralelo, seja porque Tancredo Neves assim o determinara,

seja porque, individualmente, para obter apoio popular, precisa oferecer iniciativas concretas capazes de minorar as agruras das classes menos favorecidas, José Sarney encomendou ao ministro do Planejamento um programa de medidas emergenciais possíveis, no plano social. Algo que atinja de imediato a alimentação, os transportes e a habitação. Não é fácil conciliar política antiinflacionária com gastos suplementares, coisa que se insere no velho confronto maniqueísta de "contenção" versus "desenvolvimento", mas será por aí que o novo chefe do governo precisará enveredar até para trósdando a prioridade com a necessidade.

Não pode perder tempo. A Nação deve conhecer sinais concretos e definições relativas à determinação de seu presidente. Só irá respaldá-lo analisando e julgando suas iniciativas. Acabará de passar, hoje, o mais do que justo tempo do recato, da cautela e do constrangimento. A vida continua, e agora, trata-se da vida da Nação.

Dispoendo de legitimidade e dando passos concretos na busca da credibilidade, José Sarney terá avançado na teoria de seu pacto. Precisarão costurar e amearhar a prática, em decorrência. Dialogar com segmentos específicos, das lideranças sindicais à direção do empresariado, obtendo de cada parte tempo e espaço para que comecem a surtir efeito tanto a política de combate à inflação quanto as medidas de emergência. O chamado pacto social faz parte do pacto maior, político. Não se trata de obter de uns que não despeçam e de outros que não façam greves, mas de encontrar um ponto de entendimento capaz de determinar tanto ação econômica quanto trabalho, de modo que ninguém precise ser despedido e que ninguém precise fazer greve.

Parece afastada a idéia de um governo de união nacional. Até porque o PDS nada tem a fazer na Aliança Democrática. Mesmo arrependidos, rezando seguidos atos de contrição, os pedessistas sabem muito bem que seu apoio ao atual governo apenas contribuiria para fazê-lo cair no descrédito. Como o atual governo o saberá melhor ainda. Coisa parecida pode valer para os pequenos partidos trabalhistas. Quando necessários, regatearam. Apoiaram, mas não apoiaram. Hesitaram. E nem terão interesse, no caso do PDT e do PT, de integrar o Ministério. Guardam-se. Sabem que o confronto se dará, ainda que não agora.

Assim, os cuidados políticos do novo presidente serão para preservar e mais solidificar a Aliança Democrática, mesmo tendo presente que ela não o irá tutelar. Pelo contrário, ele acaba de assumir o seu comando. Os contingentes do PMDB e do PFL, se puderem ser mantidos, havendo composição tanto política quanto doutrinária, bastarão para assegurar a aprovação de quaisquer projetos de lei no Congresso. Apesar disso, Sarney defrontar-se-á com dois problemas no setor, um a curto, outro a médio prazo. Interligados.

Salta aos olhos que, mesmo entre mil loas e evoés que venha a entoar proximamente a respeito do Ministério, uma equipe formada pelo dr. Tancredo, fruto de montagem engenhosa, com cada peça em seu lugar, José Sarney deverá governar como seu governo. Nada impede que a maioria das peças seja e continue em seu lugar, mas o presidente precisará governar como seu governo, vale a repetição. Não com o governo do dr. Tancredo. Será necessário adaptar o Ministério ao seu estilo e ao seu modo de ser. Promover ajustes e retificações em certas Pastas, que apenas ele saberá definir, quando chegar o momento. Mas afastar alguém do PMDB não parecerá um gesto de favorecimento ao PFL? E vice-versa? A sua remontagem terá presente o mesmo jogo de forças, já que ele comentou, dias atrás, estar disposto à maior das isenções partidárias. Foi fundador e presidente do PDS, está inscrito no PMDB e compôs a chapa com Tancredo Neves em nome do PFL. Dá para permanecer isento, mas a isenção exigirá cuidados especiais. Ulysses Guimarães, de um lado, e Aureliano Chaves, de outro, estarão atentos.

Interligam-se os dois problemas partidários porque, no ano que vem, se realizarão eleições para os governos estaduais, o Senado, a Câmara Federal e as Assembleias Estaduais. Cada legenda terá seus candidatos, apesar de as coligações virem a ser permitidas. A questão é de afirmação e sobrevivência, para os frentistas, e de preservação do status de maior legenda nacional, para os peemedebistas. Choques surgirão. No mínimo faíscas, quando das preliminares.

Conseguindo ultrapassar os obstáculos ou produzir as definições até aqui referidas, José Sarney terá celebrado o seu pacto político amplo com a Nação, para o qual já dispõe da legitimidade. O resto, só o futuro dirá. C.C.

Desfazendo intrigas

O presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, conseguiu desfazer uma das primetas intrigas surgidas na Nova República. Publicaram que ele havia despedido a Caixa Econômica Federal para Pernambuco, com fins eleitorais. Não é verdade. O que fez foi preparar um gabinete para

despachar, na capital pernambucana, quando lá estiver. Afina, a presidente da Caixa tem gabinetes no Rio, em São Paulo e em Curitiba, faz muito. Conforme a prioridade dada ao Nordeste pelo governo da Aliança Democrática, nada mais natural do que, eventualmente, despachar de lá.